

**Crednovo Sociedade de Empréstimo entre  
Pessoas S.A.  
Demonstrações Financeiras**

**31 de Dezembro de 2024**

**Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em 31 de Dezembro de 2024



Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações financeiras da Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S/A (Crednovo), encerradas em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das respectivas notas explicativas bem como do relatório dos auditores independentes.

A receita de prestação de serviços da Crednovo totalizou R\$ 3,3 milhões em 2024, redução de 29,9% frente a R\$4,8 milhões em 2023, reflexo da descontinuidade do produto de P2P lending (empréstimo entre pessoas) no ano de 2024.

O prejuízo foi de R\$ 1,2 milhão frente a um resultado líquido de R\$ 516 mil em 2023. A Crednovo encerrou o ano de 2024 com patrimônio líquido de R\$ 1,4 milhão frente a R\$ 2,6 milhões em 31 de dezembro de 2023. Total de ativos foi de R\$ 20,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 comparado a R\$ 3,9 milhões em 31 de dezembro de 2023.

A Crednovo preza por uma estrutura organizacional que permita o controle tempestivo independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado.

A Administração agradece aos clientes, acionistas, parceiros pela confiança investida e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

São Paulo, 28 de Março de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos**

**Acionistas e aos Administradores da**

**Crednovo Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.**

*São Paulo – SP*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Crednovo Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crednovo Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração e governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Guilherme Zuppo Ventura Diaz  
Contador CRC 1SP294326/O-3

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Disponibilidades</b>	<b>5</b>	<b>17.793</b>	<b>1.112</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>1.912</b>	<b>1.748</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Títulos e valores mobiliários	<b>6.1.a.1</b>	1.912	1.748
<b>Ativos fiscais</b>		<b>60</b>	<b>1</b>
Ativos fiscais correntes	<b>7.a</b>	60	1
<b>Outros ativos</b>	<b>8</b>	<b>146</b>	<b>157</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>9</b>	<b>43</b>	<b>61</b>
Imobilizado		91	91
Depreciação acumulada		(48)	(30)
<b>Intangível</b>	<b>10</b>	<b>612</b>	<b>842</b>
Ativos intangíveis		1.150	1.150
Amortização acumulada		(538)	(308)
<b>Total do ativo</b>		<b>20.566</b>	<b>3.921</b>

Passivo	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivos fiscais</b>		<b>156</b>	<b>211</b>
Passivos fiscais correntes	<b>7.b</b>	156	211
			-
<b>Outros passivos</b>	<b>12</b>	<b>154</b>	<b>1.108</b>
<b>Recursos de terceiros</b>	<b>13</b>	<b>17.320</b>	<b>-</b>
<b>Provisões</b>	<b>11</b>	<b>1.567</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.368</b>	<b>2.602</b>
Capital social	<b>14.a</b>	27.500	27.500
Prejuízos acumulados		(26.132)	(24.898)
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>20.566</b>	<b>3.921</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Rendas de intermediação financeira</b>		<b>110</b>	<b>78</b>	<b>223</b>	<b>100</b>
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	6.1.a.2	110	78	223	100
<b>Despesas de intermediação financeira</b>		<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>
Despesa com empréstimos no país	15	-	(3)	-	(3)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>110</b>	<b>75</b>	<b>223</b>	<b>97</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>		<b>(1.172)</b>	<b>486</b>	<b>(1.381)</b>	<b>550</b>
Receita de prestação de serviços	16	1.257	2.766	3.347	4.777
Outras receitas	16	2	1	5	7
Despesas de pessoal	17	(799)	(775)	(1.615)	(1.679)
Outras despesas administrativas	18	(623)	(1.086)	(1.041)	(1.662)
Despesas tributárias	19	(195)	(420)	(510)	(893)
Outras despesas operacionais	20	(814)	-	(1.567)	-
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(1.062)</b>	<b>561</b>	<b>(1.158)</b>	<b>647</b>
<b>Impostos sobre o Lucro</b>		<b>73</b>	<b>(114)</b>	<b>(70)</b>	<b>(128)</b>
<b>Participação nos resultados</b>		<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(6)</b>	<b>(3)</b>
<b>Resultado líquido</b>		<b>(993)</b>	<b>447</b>	<b>(1.233)</b>	<b>516</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado líquido</b>	<b>(993)</b>	<b>447</b>	<b>(1.233)</b>	<b>516</b>
<b>Resultado abrangente</b>	<b>(993)</b>	<b>447</b>	<b>(1.233)</b>	<b>516</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	Capital Social	Capital a realizar	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(25.345)</b>	<b>2.155</b>
Lucro líquido		-	-	447	447
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(24.898)</b>	<b>2.602</b>
<b>Mutações do período</b>		-	-	<b>447</b>	<b>447</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(25.414)</b>	<b>2.086</b>
Lucro líquido		-	-	516	516
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(24.898)</b>	<b>2.602</b>
<b>Mutações do período</b>		-	-	<b>516</b>	<b>516</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(24.898)</b>	<b>2.602</b>
Prejuízo líquido		-	-	(1.233)	(1.233)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(26.131)</b>	<b>1.369</b>
<b>Mutações do período</b>		-	-	<b>(1.233)</b>	<b>(1.233)</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(25.139)</b>	<b>2.361</b>
Prejuízo líquido		-	-	(993)	(993)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>28.200</b>	<b>(700)</b>	<b>(26.132)</b>	<b>1.368</b>
<b>Mutações do período</b>		-	-	<b>(993)</b>	<b>(993)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 de 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



	Nota	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado líquido</b>		<b>(993)</b>	<b>447</b>	<b>(1.233)</b>	<b>516</b>
<b>Ajustes ao resultado líquido</b>		<b>124</b>	<b>124</b>	<b>248</b>	<b>248</b>
Depreciações e amortizações		124	124	248	248
<b>Resultado líquido ajustado</b>		<b>(869)</b>	<b>571</b>	<b>(985)</b>	<b>764</b>
<b>Variações patrimoniais</b>		<b>18.601</b>	<b>459</b>	<b>17.666</b>	<b>330</b>
(Aumento) / redução em títulos e valores mobiliários		517	(1.276)	(164)	(1.148)
(Aumento) em ativos fiscais		171	69	(58)	60
(Aumento) em outros ativos		(143)	490	11	314
(Redução) / aumento em passivos fiscais		(101)	119	(55)	73
(Redução) / aumento em outros passivos		18.157	1.057	17.932	1.031
<b>Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais</b>		<b>17.732</b>	<b>1.030</b>	<b>16.681</b>	<b>1.094</b>
<b>Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>17.732</b>	<b>1.030</b>	<b>16.681</b>	<b>1.094</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	<b>5</b>	61	82	1.112	18
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	<b>5</b>	17.793	1.112	17.793	1.112
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>17.732</b>	<b>1.030</b>	<b>16.681</b>	<b>1.094</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado



### 1. Contexto operacional

A Crednovo Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A. ("Crednovo" ou "Companhia"), constituída em 8 de julho de 2020, é uma instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de sociedade de empréstimo entre pessoas, como intermediadora, proporcionando aos seus usuários transacionar operações de empréstimos entre si, constituída na forma de sociedade anônima e sediada na Rua Porto União, Nº 295, Brooklin Paulista, São Paulo - SP.

A Crednovo opera de forma integrada a um conjunto de empresas da PicS Holding, incluindo a PicPay Instituição de Pagamento S.A. ("PicPay"), utilizando a mesma estrutura administrativa, tecnológica e financeira e segue políticas de gestão de risco corporativo. Portanto, suas demonstrações financeiras devem ser consideradas nesse contexto.

O modelo de negócios da Crednovo, também conhecido como *peer-to-peer lending* (P2P *lending*), opera intermediando operações de crédito entre credores e mutuários. Uma transação P2P é um circuito fechado (a origem e o destino da transação são contas PicPay) e ocorre quando um consumidor realiza uma transferência ou pagamento de moeda eletrônica de forma instantânea para outra pessoa através de um aplicativo, gerenciado pela Crednovo. A receita dessa sociedade é gerada principalmente através de taxas cobradas pelos serviços oferecidos.

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com os pronunciamentos aprovados pelo BACEN, mencionados abaixo. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, descritas na Nota 4. Estas estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Na elaboração das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/2020 e os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos (CPC), aprovados pelo Banco Central:

- CPC 00 - Pronunciamento conceitual básico aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível aprovado pela Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/2021;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 - Eventos subsequentes aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 - Ativo Imobilizado aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 47 - Receita de contrato com o cliente aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/2020 a apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

#### Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros:

##### • Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros possuirão novas regras contábeis com a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966. Os requerimentos entrarão substancialmente em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 definindo critérios aplicáveis a instituições financeiras e demais entidades supervisionadas pelo Banco Central do Brasil, com o objetivo de aumentar a transparência e a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Entre outros aspectos, a norma trata da classificação, mensuração, apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e divulgação de instrumentos financeiros. A seguir, destacam-se os principais impactos das normas:

- **Classificação e Mensuração:** As instituições deverão reavaliar a classificação dos instrumentos financeiros de acordo com os novos critérios estabelecidos pela norma, o que poderá afetar a forma como esses instrumentos são mensurados no balanço patrimonial.
- **Apuração de Perdas Esperadas:** A norma introduz um modelo mais robusto para apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, exigindo maior rigor na avaliação da qualidade creditícia dos ativos.
- **Divulgação:** Haverá uma ampliação nas exigências de divulgação sobre os instrumentos financeiros, incluindo informações detalhadas sobre a exposição ao risco de crédito e as metodologias utilizadas para mensuração das perdas esperadas.

Maiores detalhes dos principais impactos das normas estão apresentados a seguir:

##### Classificação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

As classificações dos ativos financeiros devem ser realizadas com base no modelo de negócios da instituição para a gestão desses ativos e nas características contratuais dos fluxos de caixa, nas seguintes categorias:

- **Custo Amortizado (CA):** Ativos geridos para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ).
- **Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA):** Ativos geridos tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (Teste SPPJ), quanto para a venda.
- **Valor Justo no Resultado (VJR):** Ativos que não atendem aos critérios de classificação das categorias anteriores.

Os passivos financeiros devem ser classificados e reconhecidos ao Custo Amortizado, ou, em algumas exceções (como derivativos), ao Valor Justo no Resultado (VJR), sem a possibilidade de reclassificação.

Ao comparar as classificações e mensurações entre o padrão contábil vigente até 31 de dezembro de 2024, com as novas diretrizes introduzidas pela Resolução CMN nº 4.966/21, baseadas em modelos de negócios aprovados pelo Conselho de Administração, a Companhia concluiu que a Instituição não possui impacto material para fins de dedutibilidade do estoque da base fiscal, haja vista que em sua maioria não derivam de ativos de crédito e ou com característica de concessão de crédito inadimplentes.

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria na reunião realizada em 28 de março de 2025.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos.

As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia. Além disso, em conformidade com o CPC 47, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) a entidade satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido ao cliente.

### b) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Não há transações realizadas em moeda estrangeira.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e outros ativos cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

### d) Ativos financeiros

#### Instrumentos financeiros

#### Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "outros resultados abrangentes" e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais.

### e) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 define que o valor justo deve ser determinado considerando as seguintes hierarquias:

**Nível I:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

**Nível II:** Exceto preços cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

**Nível III:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

### f) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

### g) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos, sendo praticamente certo o recebimento dos valores.

### h) Provisões

Quando o risco é praticamente certo, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

### i) Provisões para contingências

#### Contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

**Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

**Passivos contingentes** - Os passivos contingentes são avaliados e classificados levando em consideração o risco de cada passivo. Quando o risco é considerado possível, os passivos são apenas divulgados nas demonstrações financeiras dada a incerteza da Companhia ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidos como passivos nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes.

**Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem opção senão a de liquidar a obrigação.

São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. Os critérios para constituição das provisões judiciais são definidos pela administração com base na avaliação de perda dos consultores jurídicos.

### j) Passivos fiscais

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil ajustado por adições e exclusões determinadas por lei, à alíquota de 9%.

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas e registradas em "despesas tributárias".

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS**

Em 31 de Dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**k) Outros passivos**

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridas em base *pro rata* dia.

**l) Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas da instituição e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

**m) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

**m) Transações com partes relacionadas - PicPay**

Crednovo e PicPay firmaram contrato para a intermediação dos serviços de P2P *Lending* (modalidade de empréstimo coletivo) com a Crednovo fazendo o gerenciamento das operações e pagando ao PicPay uma comissão por empréstimo ativo.

**4. Principais estimativas contábeis e julgamentos**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

**(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:**

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização, por meio de indicadores externos e internos. Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

**(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:**

A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes.

A realização de ativos fiscais diferidos está suportada pelas projeções orçamentárias da Companhia. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Disponibilidades</b>	<b>17.793</b>	<b>1.112</b>
Caixas e bancos	460	1.112
Recursos a disponibilizar para devedores <sup>(1)</sup>	17.333	-
<b>Total</b>	<b>17.793</b>	<b>1.112</b>

<sup>(1)</sup> Saldo corresponde ao valor a ser transferido aos devedores em função da intermediação de empréstimos, conforme a Resolução CMN nº 5.159. Esses valores devem ser disponibilizados em até cinco dias úteis aos devedores, após o recebimento dos recursos pelos credores.

**6. Ativos financeiros****6.1. Instrumentos financeiros****a) Títulos e valores mobiliários****a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado**

	31/12/2024			31/12/2023	
	Nível	Valor de custo	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil	Valor justo / contábil
CDB - Instituição financeira ligada <sup>(1)</sup>	1	1.912	1.912	1.912	1.748
<b>Total</b>		<b>1.912</b>	<b>1.912</b>	<b>1.912</b>	<b>1.748</b>

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

<sup>(1)</sup> Investimentos de renda fixa, com liquidez diária em que o valor contábil é considerado o mesmo do valor justo.

**a.2) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado de operações com títulos de renda fixa	110	78	223	100
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>78</b>	<b>223</b>	<b>100</b>

**b) Instrumentos financeiros derivativos**

A Crednovo não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. Ativos e passivos fiscais

a) Composição de ativos correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda a compensar	60	1
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>1</b>

b) Composição de passivos correntes

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre salários	53	47
Impostos sobre faturamento	92	162
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	11	2
<b>Total</b>	<b>156</b>	<b>211</b>

c) Créditos tributários não ativados

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados sobre os quais não foram registrados, conforme quadro:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	6.274	5.795
CSLL	2.259	2.086
<b>Total</b>	<b>8.533</b>	<b>7.882</b>

d) Créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	393	-
CSLL	142	-
<b>Total</b>	<b>535</b>	<b>-</b>

8. Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos em garantia - contingências cíveis	3	3
Antecipação de impostos	143	154
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>157</b>

9. Imobilizado de uso

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Máquinas e equipamentos	91	(48)	43	91	(30)	61
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>(48)</b>	<b>43</b>	<b>91</b>	<b>(30)</b>	<b>61</b>

As movimentações no período estão demonstradas a seguir.

	31/12/2023	Depreciação do Período	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	61	(18)	43
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>(18)</b>	<b>43</b>

10. Intangível

	Em 31 de dezembro de 2024			Em 31 de dezembro de 2023		
	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Software desenvolvido internamente <sup>(1)</sup>	1.150	(538)	612	1.150	(308)	842
<b>Total</b>	<b>1.150</b>	<b>(538)</b>	<b>612</b>	<b>1.150</b>	<b>(308)</b>	<b>842</b>

(1) A vida útil do software desenvolvido internamente é definida em 5 anos e a amortização é reconhecida como "outras despesas administrativas".

	31/12/2023	Amortização do Período	31/12/2024
Software desenvolvido internamente	842	(230)	612
<b>Total</b>	<b>842</b>	<b>(230)</b>	<b>612</b>

11. Provisões

	Provisão Cível		Provisão Trabalhista		Total	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	34	-	1.533	-	1.567	-
<b>Saldo final</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>1.533</b>	<b>-</b>	<b>1.567</b>	<b>-</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS**

Em 31 de Dezembro de 2024



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

**a) Cíveis**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma provisão de R\$ 34 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) para processos de natureza cíveis, considerados com risco de perda provável onde os usuários reivindicam uma indenização de danos morais e/ou material. Não há montante considerado com risco de perda possível. A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 18 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

**b) Trabalhistas**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma provisão trabalhista de R\$ 1.533 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023) para processos de natureza trabalhista, considerados com risco de perda provável onde os reclamantes reivindicam a condenação subsidiária, bem como indenizações trabalhistas. Não há montante considerado com risco de perda possível. A Companhia estima que o cronograma esperado para desembolso é de 24 meses, porém devido à incerteza no prazo de conclusão dos processos o desembolso ocorre conforme evolução processual.

Não há ações nas esferas fiscal classificadas como de risco provável e possível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**12. Outros passivos**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para impostos	-	-
Provisão para despesas de pessoal	13	12
Provisão para despesas administrativas	141	90
Recebimentos a processar	-	1.006
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>1.108</b>

**13. Recursos de terceiros**

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de terceiros (1)	17.320	-
<b>Total</b>	<b>17.320</b>	<b>-</b>

(1) O saldo de recursos de credores representa os valores a serem transferidos aos devedores no contexto da intermediação de operações de empréstimos, nos termos da Resolução CMN nº 5159. Em conformidade com as diretrizes regulatórias, esses montantes são disponibilizados aos devedores no prazo máximo de cinco dias úteis após a liberação dos recursos pelos credores.

**14. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social está assim representado:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Ordinárias	Subscrito	Ordinárias	Subscrito
De domiciliados no país homologado pelo BACEN	27.500.000	27.500	27.500.000	27.500
<b>Total</b>	<b>27.500.000</b>	<b>27.500</b>	<b>27.500.000</b>	<b>27.500</b>

**b) Reserva de lucros****b.1) Reserva legal**

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

**b.2) Reserva estatutária**

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

**c) Dividendos / juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

Nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

**15. Despesas com empréstimos no país**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com empréstimos	-	(3)	-	(3)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>

**16. Receita de prestação de serviços e outras receitas**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de intermediação de empréstimos entre pessoas	1.257	2.766	3.347	4.777
Outras receitas	2	1	5	7
<b>Total</b>	<b>1.259</b>	<b>2.767</b>	<b>3.352</b>	<b>4.784</b>

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS**

Em 31 de Dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado


**17. Despesas de pessoal**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Proventos	(593)	(594)	(1.200)	(1.298)
Encargos	(139)	(124)	(280)	(277)
Benefícios	(67)	(57)	(135)	(104)
<b>Total</b>	<b>(799)</b>	<b>(775)</b>	<b>(1.615)</b>	<b>(1.679)</b>

**18. Outras despesas administrativas**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(92)	(121)	(92)	(208)
Processamento de dados	(16)	(469)	(75)	(684)
Comunicações	-	-	-	(1)
Comissões e corretagem	(391)	(125)	(594)	(189)
Depreciação e amortização	(124)	(124)	(248)	(248)
Multas	-	(2)	-	(65)
Serviços sistema financeiro	-	-	(32)	-
Outras	-	(245)	-	(266)
<b>Total</b>	<b>(623)</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(1.041)</b>	<b>(1.661)</b>

**19. Despesas tributárias**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributos federais e municipais	(195)	(420)	(510)	(893)
<b>Total</b>	<b>(195)</b>	<b>(420)</b>	<b>(510)</b>	<b>(893)</b>

**20. Outras despesas operacionais**

	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	31/12/2024	31/12/2023
Contingências Cíveis	(23)	-	(34)	-
Contingências Trabalhistas	(791)	-	(1.533)	-
<b>Total</b>	<b>(814)</b>	<b>-</b>	<b>(1.567)</b>	<b>-</b>

**21. Partes relacionadas**

A Crednovo não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

A Crednovo não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A Crednovo realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos o Banco Original S/A ("Banco Original"), PicPay e PicPay Bank - Banco Múltiplo S.A ("PicPay Bank").

Tais transações são praticadas em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Para as divulgações que não estão em condições de mercado, os detalhes são divulgados nas notas explicativas.

	31/12/2024			
	PicPay	Banco Original	PicPay Bank	Total
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	-	-	17.785	17.785
Instrumentos financeiros	-	-	1.912	1.912
<b>Resultado em 31 de dezembro de 2024</b>				
Resultado em operações com aplicações financeiras	-	113	110	223
Despesa de pessoal	(20) <sup>(2)</sup>	-	-	(20)
Despesas de comissão	(390) <sup>(1)</sup>	-	-	(390)
Outras despesas administrativas	-	-	-	-
	31/12/2023			
	PicPay	Banco Original	PicPay Bank	Total
<b>Ativos</b>				
Disponibilidades	-	1.112	-	1.112
Instrumentos financeiros	-	1.748	-	1.748
Outros ativos	-	-	-	-
<b>Resultado em 31 de dezembro de 2023</b>				
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	-	100	-	100
Despesas de comissão	(179) <sup>(1)</sup>	-	-	(179)
Despesas administrativas	(103)	-	(6)	(109)

(1) As despesas que a Crednovo registrou em decorrência do contrato de intermediação de serviços P2P Lending foi de R\$ 390 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 179 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). Para maiores detalhes, vide Nota 3.m.

(2) As despesas incorridas relativo ao acordo entre a PicPay e o Guiabolso para o compartilhamento de custos de funcionários pagos pela Crednovo no total de R\$ 20.065 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 0 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Dezembro de 2024



Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

### 22. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Crednovo é uma entidade integrante do Conglomerado Prudencial PicPay, que preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

### 23. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.955/21 e 4.958/21 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado prudencial.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência Nível I	1.098.552	2.194.338
Patrimônio de referência Nível II	-	940.625
<b>Patrimônio de referência (Níveis I e II)</b>	<b>1.098.552</b>	<b>3.134.963</b>
<b>RWA - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>11.342.536</b>	<b>26.746.025</b>
RWA <sub>CPAD</sub> (parcela de risco de crédito)	7.183.591	19.641.630
RWA <sub>MPAD</sub> (parcelas de risco de mercado)	28.941	191.444
RWA <sub>OPAD</sub> (parcela de risco operacional)	2.242.859	6.212.462
RWA <sub>SP</sub> (parcelas de serviços de pagamento)	1.887.144	700.488
<b>Índice de Basileia</b>	<b>9,69%</b>	<b>11,72%</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conglomerado passou a estar sujeito aos níveis de capital mais conservadores, equivalentes aos dos grandes bancos na classificação do BACEN. A mudança resultou no Conglomerado não atendendo aos requisitos de capital necessários. Em resposta, o Conglomerado apresentou um plano ao BACEN para voltar a cumprir os requisitos. O plano foi formulado com a contribuição de especialistas financeiros e recebeu aprovação formal do Conselho de Administração da seguinte forma:

- Realização de um aumento de capital de R\$ 230.000, sendo R\$ 100.000 em 28 de junho de 2024 e R\$ 130.000 adicionais em 19 de setembro de 2024.
- Estabelecimento de arranjos de contingência, nos quais os controladores do Grupo estão preparados para fornecer contribuições adicionais de capital, se necessário, para garantir o cumprimento contínuo dos requisitos regulamentares de capital do BACEN.

Esse novo nível de capital exigido não afetou as operações do Conglomerado. No estágio atual da Companhia, o crescimento de seus ativos tem sido monitorado de perto pela alta administração e conta com o apoio de seus acionistas para adequação de capital, se necessário, considerando o nível de alavancagem estabelecido dentro dos padrões mais conservadores do BACEN.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de capital é de 9,69% (11,72% em 31 de dezembro de 2023), o que está 1,69% acima do requisito regulamentar mínimo de 8% (3,72% acima do requisito mínimo regulamentar em 31 de dezembro de 2023) e cumpre 67,6% do colchão de conservação de capital de 2,5%. Em relação ao limite mínimo de 8% somado ao colchão de conservação de 2,5%, o índice de dezembro é inferior em 0,81p.p.

A empresa monitora e prevê suas necessidades de capital para manter a conformidade com os requisitos regulamentares e as metas internas de capital, mantendo comunicação constante com sua controladora para garantir o cumprimento oportuno das necessidades de capital. Como parte desse processo, para restabelecer o cumprimento de 100% do colchão de conservação de capital, a controladora realizou um aumento de capital de R\$ 371.750. Essa transação corporativa ocorreu em duas etapas: a primeira em 25 de fevereiro de 2025, quando o Conglomerado recebeu um aporte de capital no valor de R\$ 321.750 e a segunda em 26 de março de 2025, recebendo um aporte de capital no valor de R\$ 50.000.

É importante destacar que uma das principais responsabilidades da área de gestão de capital regulatório é assegurar a gestão contínua da suficiência de capital. Isso envolve projetar, de maneira oportuna e prospectiva, as necessidades de contribuição de capital para os meses seguintes, garantindo assim a conformidade com o arcabouço regulatório nos períodos futuros.

A controladora do Conglomerado Prudencial possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

### 24. Informações complementares

#### a) Resultado recorrente e não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu artigo 34º, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Não houve resultado não recorrente nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

#### Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações financeiras

A Diretoria

Rodney Fabiano Fernandes  
Contador  
CRC 1SP270936/O-7